

Indígenas estavam desarmados quando aconteceu o massacre

O diretor-geral da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, garantiu, ontem, que os índios Ticuna, provavelmente, estavam desarmados quando foram massacrados por cerca de 20 posseiros na região do Capacete. Quinze índios continuam desaparecidos, presumindo-se que estejam mortos. A situação em Benjamin Constant está sob controle da Polícia Militar, Polícia Federal e Exército. Os matadores já estão soltos (Página 3).

Romeu Tuma garante

CIMI - NORTE 1

Data 02/10/88 P. 03

2º

312

Índios massacrados não estavam armados. 15 ainda estão sumidos

Fotos Luis Vasconcelos



Romeu Tuma garante que a situação está sob controle no Capacete

Quinze índios ainda estão desaparecidos nas matas da região do Capacete, no município de Benjamin Constant, onde ocorreu o conflito armado entre posseiros e indígenas por causa de terras. O diretor geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, garante que a situação está sob controle. Não foram encontrados mais corpos além dos quatro, dos 27 feridos — maioria teve alta médica. As tropas do Comando de Fronteira do Solimões estão de prontidão e a Polícia Militar do Estado mandou ao local um pelotão de vinte homens para garantir a ordem e a segurança do povo de Tabatinga e Benjamin Constant, devido a ameaça de invasão de grupos indígenas. A Polícia Federal está cuidando das investigações. As 16 pessoas detidas foram colocadas em liberdade. Apura-se também a denúncia de que pessoas ligadas ao Cimi teriam incentivado os índios a atacar os colonos.

“O conflito entre índios e posseiros na localidade de Capacete está controlado. Não existe mais nenhum clima de revolta ou ameaça de novo encontro que venha causar a morte de mais pessoas”, declarou ontem de manhã o diretor geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, que muito embora negue ter ocorrido a interferência do Exército no caso, sabe-se que o general Sampaio, do CMA, teria determinado o comandante do Comando de Fronteira do Solimões, ficar de prontidão para qualquer eventualidade.

Não foram encontrados mais corpos, além dos quatro, dos 27 índios feridos durante o conflito, a maioria já teve alta médica, mas a polícia acredita que o número de mortos é maior, garantindo que ainda estão desaparecidos 15 índios. As 16 pessoas detidas pela Polícia Federal, já foram colocadas em liberdade. Para evitar novos confrontos armados, a Polícia Militar do Estado mandou para o local um efetivo de vin-

te homens para auxiliar nas buscas dos cadáveres.

O secretário de Segurança, deputado Raimundo Nonato Lopes, disse também que esteve reunido com o vice-governador Vivaldo Frota e manteve contato com o general Sampaio, do Comando Militar da Amazônia, onde foram traçados planos para apaziguar a situação, afirmando que “não existe mais nenhum perigo de novo confronto armado, porque a Polícia Federal está à frente do caso e o delegado Ary Marinho e dirigentes da Funai estão no local, além do Exército que colocou tropas de alerta para garantir a segurança do povo de Benjamin Constant”.

Situação normalizada — Segundo as declarações de Romeu Tuma, o conflito foi causado devido o encontro entre índios e posseiros, para tratar de uma solução do desaparecimento de um boi. Durante o encontro, houve luta corporal entre dois posseiros com índios, quando um menino de 15 anos atirou contra os agressores, resultando no tiroteio, causando comprovadamente a morte de quatro pessoas e desaparecimento de 15 índios.

Romeu Tuma disse ainda que a Funai convocou a Polícia Militar do Estado para manter o equilíbrio dos litigantes, mas nenhum dos dois órgãos compareceu ao local, terminando na cena sangrenta. O diretor geral da Polícia Federal garantiu ainda que é possível que os índios não estivessem armados no momento do conflito. “Pelo que sei de concreto, apenas quatro índios morre-

ram, 27 estão feridos e 15 desapareceram. As pessoas envolvidas no caso foram postas em liberdade depois de terem sido ouvidas”.

O delegado Romeu Tuma informou ainda que esteve reunido com o comandante do CMA e comandante do Comando de Fronteira do Solimões, que decidiram não interferir com tropas militares, ficaram apenas sob alerta para evitar novos conflitos. “A área de litígio está sob controle da Polícia Federal, que recebe apoio da Polícia Militar do Estado que estão na região, além de representantes da Funai a fim de estabelecer contatos com capitães Tikuna e conhecer melhor sobre a questão”, finalizou.

O povo está tranquilo — Por outro lado, o secretário de Segurança,

Raimundo Nonato Lopes, depois dos contatos que manteve com o comandante do CMA, superintendente da Polícia Federal e o vice-governador Vivaldo Frota, foi redobrado o policiamento na região do Capacete, nas cidades de Benjamin Constant e Tabatinga, porque havia boatos de invasão de índios nestas comunidades. “O Exército colocou suas tropas de alerta, a Polícia Militar aumentou o seu efetivo e a Polícia Federal se encarregou de fazer o inquérito e um levantamento geral de toda a situação de contenda entre índios e posseiros.

O litígio começou em 1984 quando a Funai desapropriou 75 propriedades, sem que até o momento tenha efetuado o pagamento, o que levou os colonos a não abandonarem suas terras. Mesmo com a Funai tomando conhecimento dos constantes conflitos entre índios e posseiros, não tomou nenhuma providência.

Mas foi o desaparecimento de dois bois, que levou os índios e posseiros, a decidirem fazer um encontro, todavia, ao invés de um acordo, resultou em violento conflito e a morte de quatro pessoas. Existem informações de que os índios eram incentivados por pessoas ligadas ao Cimi, para expulsar os colonos de suas terras, causando divergências entre brancos e índios.

Por duas vezes os madeireiros tiveram suas propriedades invadidas por índios, que saquearam gêneros alimentícios e outras coisas mais, sendo o mais perseguido o madeireiro Oscar Castelo Branco, que vivia sob constante ameaça dos indígenas, mas ele, como os demais colonos, não poderiam abandonar suas terras, porque ainda não haviam sido indenizados pela Funai.

“Somente agora depois do derramamento de sangue, as autoridades possivelmente deverão chegar a uma solução para o caso. A polícia não terá condições de ficar por todo tempo na região para manter os ânimos entre posseiros e índios, sabemos que o Mirad está por dentro da situação e quem sabe não chegará a uma solução para o caso”, afirmam os representantes dos posseiros em Manaus.

CIMI - NORTE I
A. Costa
Data 02/04/88 P. 03